

# Forças Armadas debatem

O GLOBO Terça-feira, 14/1/86

O PAIS • 3

## seu papel na Constituição

BRASILIA — O papel constitucional das Forças Armadas será o principal tema da reunião entre os três Ministros Militares e os Chefes do Serviço Nacional de Informações, Estado Maior das Forças Armadas e do Gabinete Militar da Presidência da República. A reunião será hoje no Quartel General do Exército e terá início às 10h30m.

— O papel das Forças Armadas atribuído pela Constituição é o principal tema de amanhã — disse ontem o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. O doutor Afonso Arinos já entrou em contato conosco diversas vezes para que dessemos uma contribuição ao trabalho da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Vamos procurar um ponto comum nesse encontro.

Esse ponto parece que já existe. Em diversas conversas informais sobre o assunto os ministros militares deixaram clara sua preferência pela "fórmula atual das atribuições das Forças Armadas". De acordo com ela, adotada pela Constituição de 1967, as Forças Armadas são responsáveis pela manutenção e defesa do poder constituído. Originalmente, essa responsabilidade era a defesa do poder constituinte, conforme adotada pela Constituição de 1946.

Segundo vários juristas, a diferença não se limita ao aspecto semântico da questão. O poder constituído pode ser qualquer um, mesmo que não tenha legitimidade e surja através de um golpe de Estado. A expressão "poder constituinte" limitaria, de acordo com juristas mais ligados a grupos liberais, a fidelidade das Forças Armadas aos governos legítimos, surgidos das urnas.

O Ministro Sérgio de Ary Pires, defendendo o ponto de vista do Superior Tribunal Militar sobre o assunto, disse que a fórmula atual é a que deve ser mantida:

### Secretário da Comissão defende a manutenção do estado de emergência

BRASILIA — A manutenção das medidas de emergência na próxima Constituição, como forma de salvaguarda que considera mais branda do que o estado de sítio, foi defendida ontem pelo Professor Ney Prado, Secretário Geral da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e coordenador do comitê temático sobre "Defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas".

Ney Prado disse ser contrário e chegou a considerar um absurdo a tentativa de revogação das medidas de emergência e do estado de emergência, através da emenda à Constituição do Deputado Lélío de Souza (PMDB-RS), que foi votada no ano passado apenas na Comissão Mista.

Ele defendeu uma revisão nos dispositivos constitucionais que definem o estado de emergência, as medidas de emergência e o estado de sítio, concordando em que devem ser abrandados os casos de sua aplicação, bem como aumentada a participação dos poderes Legislativo e Judiciário, que integrariam, dessa forma, o sistema de segurança das instituições.

— As salvaguardas do Estado existem para garantir a segurança da sociedade e não para agradi-la — disse Ney Prado, lembrando que as medidas e o estado de emergência não são arbitrários, "porque quem os usar arbitrariamente será res-

— Poder constituinte é aquele que faz uma Constituição. Depois disso, ele passa a ser poder constituído, pondo em prática esta mesma constituição que construiu.

Outro ponto importante a ser discutido hoje pelos Ministros militares é o da aplicação da Lei de Anistia aprovada pelo Congresso em dezembro do ano passado. Ela beneficia ampla faixa de funcionários civis e militares punidos por juris de honra das três Forças Armadas.

Outros assuntos são mais técnicos: a visita do Presidente José Sarney às cidades de Clevelândia e Tabatinga; os resultados da "operação Presença" na localidade de São Gabriel da Cachoeira; a privatização da Imbel; e outros temas militares, como a formação dos primeiros 40 pilotos da aviação leve do Exército.

● O Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, jurista Afonso Arinos, disse ontem que não sugeriu ao Ministério do Exército os estudos sobre a Constituinte e nem sabia da realização da reunião de hoje em Brasília.

Ele esclareceu que está nos seus planos ouvir as Forças Armadas, quando chegar o momento apropriado, sobre os assuntos que lhe dizem respeito na elaboração da futura Constituição. O convite será feito ao Estado Maior das Forças Armadas quando a Comissão iniciar a apreciação do capítulo correspondente.

Afonso Arinos disse que as Forças Armadas devem opinar porque este é um capítulo da maior importância, pois trata da segurança do País, das instituições e também da política externa.

— As Forças Armadas — frisou — têm papel preponderante em qualquer país democrático. Não pode existir democracia sem Forças Armadas. Isso não tem nada a ver com ditadura militar.

ponsabilizado pela lei". Ele disse não compreender por que há uma reação tão forte contra as medidas de emergência já que, a partir de agora, elas passarão a ser determinadas por um Presidente da República civil e sabe-se que serão contidas, para evitar abusos.

Nesse sentido é que Ney Prado prega a revisão das salvaguardas do Estado — nunca sua revogação, como querem os congressistas — adaptando-as à realidade do regime democrático e ampliando também as responsabilidades dos Poderes na sua aplicação.

O comitê temático sobre "Defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas", coordenado por Ney Prado, reúne-se no próximo dia 22, na sede da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, na sede do Banco Central, no Rio, para ouvir, em duas sessões, depoimentos de especialistas ligados à área de segurança nacional.

Pela manhã, os sete membros do comitê ouvirão exposições do Coronel Newton Viana, Comandante da Polícia Militar de São Paulo, do Coronel Leonel Arcanjo Afonso, Comandante Geral da Polícia de Minas Gerais; e de Ciro Vidal Soares da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia. A tarde serão ouvidos representantes, que serão ainda indicados pelos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.

### Maluf acredita que a Constituinte trará frustração ao povo brasileiro

SÃO PAULO — O Deputado Paulo Maluf declarou ontem em Sorocaba que a Constituinte deve frustrar o brasileiro, "pois a população espera que seja um remédio para todos os males, mas como se trata de uma Constituinte congressual estará atrelada à vontade do Governo e vai ser uma desilusão".

se para ser o meu Vice, ele iria sentir-se rebaixado".

Maluf disse que não acredita em um bom desempenho de Setúbal nas urnas, "já que ele nunca foi homem de voto". E frisou:

— Se isso acontecer, será a primeira vez que alguém com sessenta e poucos anos, que nunca disputou uma eleição, sairá vitorioso.

X  
ANC-  
CPEC

ANC 88  
Pasta Jan/Jul 86  
008